

PROJETO DE LEI Nº , DE 2016

(Do Sr. Professor Victório Galli)

Inexigibilidade de Alvará de funcionamento
para templos religiosos de qualquer natureza.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Fica proibido a cobrança de Alvará de funcionamento para templos religiosos de qualquer natureza.

Art. 2º Essa Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa o regramento de forma isonômica para proibir a cobrança de alvarás de funcionamento por parte dos entes federativos afim de assegurar o cumprimento do inciso VI, alínea “b” da Constituição Federal de 1988.

Os templos religiosos de qualquer natureza não devem arcar financeiramente para obtenção de Alvarás de funcionamento. Repito, o

inciso VI, alínea “b” do artigo 150 da Constituição impede estados, Distrito Federal e municípios instituírem impostos sobre os templos e igrejas. Esta lei nada mais é para reafirmar e aplicar, na prática, a disposição constitucional que garante a imunidade tributária aos templos de qualquer culto". Portanto, a lei não trata de benefícios fiscais, mas sim de imunidade fiscal, e não está sujeita a prévia deliberação dos estados e do DF ou de qualquer município.

Neste sentido, rogo mais uma vez aos nobres pares desta Casa, que possamos aprovar essa matéria.

Sala das sessões, 21 de junho de 2016

PROFESSOR VICTÓRIO GALLI

Deputado Federal

PSC-MT